



SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XXI

LUANA FOLCHINI DA COSTA*

Universidade de Caxias do Sul, SP

Bolsista CAPES/PROSUC Integral - Mestranda em Administração pela Universidade de Caxias do Sul.

<http://lattes.cnpq.br/8852040716716100>

SUSANA ELISABETH NEUMANN

Universidade de Caxias do Sul, SP

Doutorado em Administração em andamento. Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul. Coordenadora do Curso de Biblioteconomia EAD, na Universidade de Caxias do Sul. Membro do corpo permanente do Programa de Formação de Professores da Universidade de Caxias do Sul.

<http://lattes.cnpq.br/130038748632384>

ERIC CHARLES HENRI DORION

Universidade de Caxias do Sul, SP

Doutorado em Administração de Empresas pela Université de Sherbrooke, Canada (2003). Professor da Universidade de Caxias do Sul, UCS e da l'École de Technologie Supérieure (Que), Canada.

<http://lattes.cnpq.br/8616796657243433>

PELAYO MUNHOZ OLEA

Universidade de Caxias do Sul, SP

Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. Pós-Doutorado em Gestão Ambiental pela Universidad de Extremadura, UEX, Espanha. Doutorado em Administração e Direção de Empresas pela Universitat Politècnica de Catalunya, ETSEIB/UPC, Espanha. Professor da Universidade de Caxias do Sul.

<http://lattes.cnpq.br/6209414364209633>

ELIANA ANDRÉA SEVERO

Faculdade Meridional - IMED, RS

Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pela Universidade de Caxias do Sul. Professora de Mestrado e Graduação em Administração na Faculdade Meridional.

<http://lattes.cnpq.br/0272640518459010>

RESUMO

No campo do conhecimento, alguns conceitos são amplos e devido a sua complexidade podem ser utilizados incorretamente ou distorcidos na tentativa de simplificá-los ou socializá-los sem o rigor científico. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável é um assunto de crescente interesse no ambiente acadêmico e nas organizações devido à sua importância para o âmbito das ciências sociais, fomentando a elaboração de pesquisas relacionadas ao tema que se

*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondencia:

Luana Folchini da Costa - luana.folchini@gmail.com

Data do recebimento do artigo (received): 24/11/2017

Data do aceite de publicação (accepted): 14/04/2019

Desk Review

Double Blind Review

confunde com a sustentabilidade. Este ensaio teórico apresenta a evolução dos conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável no decorrer dos Séculos XVIII até o presente momento, à luz da teoria, com a análise de artigos, escolhidos por conveniência e relevância, de forma assistemática, nas bases de dados Scopus, Science Direct e Emerald e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Os resultados evidenciam que existem alguns desafios que podem ser perseguidos, sugeridos no estudo, para ampliar os conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade no contexto das ciências sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Ciências Sociais, Bases de dados, Ensaio Teórico.

RESUMEN

En el campo del conocimiento, algunos de los conceptos son amplios y debido a su complejidad pueden ser utilizados incorrectamente o distorcidos en la tentativa de simplificarlos o socializarlos sin rigor científico. En este contexto, el desarrollo sostenible es un asunto de creciente interés en el ambiente académico y en las organizaciones debido a su importancia para el ámbito de las ciencias sociales, fomentando la elaboración de investigaciones relacionadas al tema que se confunde con la sustentabilidad. Este ensayo teórico presenta la evolución de los conceptos relacionados al desarrollo sostenible en el de correr de los Siglos XVIII hasta el presente momento, de forma sistémica, en las bases de datos Scopus, Science Direct y Emerald y en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD). Los resultados evidencian que existen algunos desafíos que pueden ser perseguidos, sugeridos en el estudio, para ampliar los conceptos relacionados al desarrollo sostenible y a la sustentabilidad en el contexto de las ciencias sociales.

Palabras-clave: Desarrollo Sostenible, Sustentabilidad, Ciencias Sociales, Bases de datos, Ensaio Teórico.

ABSTRACT

In the field of knowledge, some concepts are broaden, due to their complexity. They can be misused or distorted in an attempt to simplify or socialize them without scientific rigor. In this context, the concept of sustainable development is a subject of growing interest in the academic environment and in the organisations because of its importance for the social sciences. Such reality encourages the elaboration of new research related to the theme that is confused with sustainability. This theoretical essay presents the evolution of the concepts related to sustainable development in the course of the XVIII century up to the present moment. From such theory, this paper presents the analysis of key published articles, chosen for convenience and relevance, in an unsystematic way, in the Scopus, Science Direct and Emerald databases and the Digital Thesis and Dissertation Library (BDTD). The results show that there are some challenges that can be pursued, as suggested in the study, to expand the concepts related to sustainable development and sustainability in the field of social sciences.

Key-words: Sustainable Development; Sustainability; Social Sciences; Databases, Theoretical essay.

I INTRODUÇÃO

Os termos Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável são eventualmente empregados como expressões teóricas direcionadas às políticas ou por tendências atuais que se distanciam do real propósito da Sustentabilidade (Leal Filho, 2000). É consenso que o número de pesquisas envolvendo estes temas tenha aumentado na última década (Roca & Searcy; 2012), principalmente no âmbito organizacional e acadêmico (Linnenluecke & Griffiths, 2010; Dyllick & Muff, 2015; Somogyi, 2016). Entretanto, devido às várias disciplinas científicas e aos objetivos dos estudos, as definições conceituais não são consenso entre os pesquisadores das diferentes áreas de estudo

(Glavič & Lukman, 2007; Johnston, Everard, Santillo & Róbert., 2007; Claro, Claro & Amâncio, 2008; Ehnert, 2009; Chindavijak, Phusavat & Kess, 2016; Bryan-Kjaer, 2017).

Sustentabilidade é a característica ou condição de Sustentável; Sustentável, por sua vez, é qualidade daquilo que se pode sustentar; consoante isso, Sustentar é criar e oferecer condições para que uma atividade tenha continuidade, garantir recursos materiais para a sobrevivência de uma nação, de uma sociedade (Michaelis, 2016). O conceito de Desenvolvimento, na economia significa crescimento econômico de um país ou região, acompanhado por alterações na estrutura política e social, que resulta em melhoria do padrão de vida da população, enquanto que para a Ecologia é sinônimo de Sucessão, mudança gradual entre tipos de comunidades ou ecossistemas transitórios que envolvem modificações na composição das espécies vegetais e animais. Dados um período de tempo suficiente e uma falta de interrupções repetidas, a sucessão conduz finalmente a uma comunidade estável (Michaelis, 2016).

Neste estudo é utilizado com mais ênfase o termo Desenvolvimento Sustentável, por tratar-se do termo oficial utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2002), embora leva-se em consideração, também, as críticas relacionadas à combinação de desenvolvimento e sustentabilidade, cuja conotação pode ser contraditória, uma vez que Desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de processo de crescimento de consumo material, logo, Desenvolvimento Sustentável erroneamente poderia ser entendido como Processo de Sustentar o crescimento do consumo material (Lélé, 1991). Em síntese, o fato é que o termo está relacionado aos resultados da ação do homem sobre a natureza e é esta relação, entre homem e natureza, que será levada em consideração nas seções que seguem.

Na pré-história o australiano Gordon Childe batizou de Revolução Neolítica (ou revolução agrícola) o momento de transição do nomadismo para o sedentarismo, quando o homem passa a domesticar os animais e dominar as técnicas de plantio. Este movimento marca o início das cidades, o aumento da capacidade de produção humana em ofícios que não eram necessariamente voltados para a produção de alimentos, surgiu com as primeiras cidades e com isso, também, os primeiros impactos ambientais (Pereira, 2009).

Coral (2002) faz referência a quatro paradigmas que remetem a modelos de pensamento filosóficos e denotam formas cujos seres humanos relacionam-se com a natureza:

1. Antropocentrismo: o homem é o centro do universo e a natureza está para servi-lo e é uma fonte de recursos inesgotável;
2. Tecnocentrismo: prioriza a atividade econômica e os resultados financeiros das empresas, considerando que responsabilizar as empresas pelos danos ao meio ambiente implicaria em barreiras para o crescimento e a perda de competitividade;
3. Ecocentrismo: trata-se da contradição do antropocentrismo e considera o meio ambiente como um problema central para os novos modelos de gestão empresarial.
4. Sustecentrismo: busca um equilíbrio entre o Tecnocentrismo e o Ecocentrismo, considera que o desenvolvimento deveria centrar-se na melhoria da qualidade de vida da população mundial, na manutenção da variedade e integridade da natureza.

A partir do Século XVIII que os impactos humanos na natureza começam a alertar estudiosos do período, como Thomas Robert Malthus (1766-1834) que se concentra sobre padrões de consumo, as perspectivas quanto aos limites da renovação de recursos naturais e o crescimento populacional (Mebratu, 1998; Ethos, 2001; Mikhailova, 2004). Neste contexto, este estudo pretende revisar a evolução conceitual do Desenvolvimento Sustentável a partir do Século XVIII, à luz da teoria, destacando os momentos relevantes para o desenvolvimento do conceito nas áreas das Ciências Sociais e como, em cada período, a Sustentabilidade foi sendo inserida na rotina das organizações. Para tal, buscou-se artigos de forma assistemática, nas bases de dados Scopus, Science Direct e Emerald, além de teses e dissertações disponíveis no BDTD, selecionados por conveniência e relevância, conforme o tema abordado, priorizando estudos em que a ontologia dos termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” estivesse contemplada.

Nesse cenário, as sessões que seguem apresentam a evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável a partir do século XVIII, identificando os conceitos e expressões utilizados, bem como o impacto para as organizações e os principais eventos internacionais sobre o tema nos períodos investigados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica do presente estudo aprofunda os conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável e a evolução dos conceitos relacionados ao tema nos Séculos XVIII a XIX, no Século XX e no Século XXI.

2.1 SÉCULOS XVIII a XIX

A curva do crescimento populacional que aumentou exponencialmente (Miller, 2007), bem como as revoluções industriais e tecnológicas que culminaram com o surgimento de novas técnicas produtivas e, respectivamente, aumentaram a capacidade de produção (Oliveira, Medeiros, Terra & Quelha, 2012), aliada a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial nos Séculos XVIII a XIX moveram as estruturas econômicas do período para a industrialização e urbanização baseadas em uma tecnologia exigente em termos energéticos e matérias-primas, aumentando o impacto do homem sobre a natureza em função das novas técnicas de produção e consumo predatórios (Carmargo, 2002; Oliveira et al., 2012).

Neste contexto, o aumento da expectativa e da qualidade de vida da população trouxe consequências como o efeito estufa e a limitação de recursos que começaram a ser considerados problemas cruciais motivando a tomada de consciência para a revisão do atual modelo de desenvolvimento fundamentado no crescimento ilimitado (Mebratu, 1998; Pereira, 2009; Senatore, 2013).

Um dos primeiros economistas a correlacionar o crescimento populacional com a escassez de recursos do meio ambiente foi Thomas Robert Malthus (1766-1834) ao escrever a Teoria Populacional, em 1798, na qual ele reconhece que, ao longo da história da humanidade, fatores regulatórios (doenças, fome, vícios e misérias) mantinham o crescimento populacional em consonância com as condições oferecidas pelo meio ambiente, entretanto, efeitos da Revolução Industrial e do crescimento acelerado da população estavam desproporcionais a reposição dos recursos utilizados e, com isso, no futuro a incapacidade de terras agrícolas disponíveis para alimentar a população em expansão poderia resultar na fome em massa (Svirezhev & Svirejeva-Hopkins, 1998; Mebratu, 1998; Mikhailova, 2004; Miller, 2007; Kuhlman & Farrington, 2010).

Portanto, como uma forma de reação aos desastres oriundos do processo de industrialização, a humanidade formulou uma nova estratégia de desenvolvimento onde o meio ambiente era considerado como parte fundamental do processo de evolução da sociedade (Pereira, 2009). Neste contexto, a teoria Malthusiana pode ser considerada precursora do desenvolvimento sustentável (Mebratu, 1998).

2.2 SÉCULO XX

A partir de 1960 a pressão pública para que se pensassem os compromissos ambientais intensificou-se devido esgotamento e descontrole dos recursos naturais (Meadows, Meadows, Randers & Behrens, 1972; Moura, 2011) e nesta década inicia a preocupação ambiental no contexto empresarial (Hoffman, 2001). As discussões sobre sustentabilidade, a partir deste período, são subdivididas por Elkington (2004) em três momentos: *Limits*, *Green* e Globalização.

Iº Momento: “Limits”

Trouxe um entendimento de que os impactos ambientais e demandas de recursos naturais tem que ser limitados. Impulsionou-se um crescente em termos de legislação ambiental, pressio-

nando a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) e fazendo com que as indústrias passassem a atender à legislação vigente. O que gerou bastante resistência e conservadorismo (Elkington, 2004).

O risco do modelo de desenvolvimento econômico deste período foi evidenciado, em 1972, pelo Relatório “*Limits to growth*” (Limites para o Crescimento), patrocinado pelo Clube de Roma e escrito por cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Tendo por base as projeções do crescimento populacional, da poluição e do esgotamento dos recursos naturais da Terra, os cientistas deram o prazo de 100 anos para que fosse alcançado o limite de desenvolvimento do planeta, considerando que se mantivessem os mesmos níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais (Camargo, 2002).

Diante das conclusões deste Relatório e com a crescente tomada de consciência das questões ambientais, a comunidade internacional não poderia permanecer inerte. A Organização das Nações Unidas (ONU), no mesmo ano de 1972, organizou em Estocolmo a primeira Conferência Mundial sobre o Ambiente - *United Nations Conference on the Human Environment*, propulsora das políticas de gerenciamento ambiental (PASSOS, 2009). Como resultado desta conferência, é instituído o UNEP (*United Nations Environmental Programme*) cuja missão atribuída foi a de coordenar e promover as iniciativas da ONU referentes às questões ambientais (Senatore, 2013). A partir desta Conferência, a relação entre desenvolvimento e meio-ambiente passou a ser chamada de ‘Ecodesenvolvimento’ (UNEP, 1977).

O termo Ecodesenvolvimento foi cunhado em 1973 pelo francês Maurice Strong, para retratar uma política de desenvolvimento alternativo (Sachs, 1981; Oliveira et al., 2012), entretanto, foi devido às publicações do UNEP que o termo ganhou ampla atenção. Ecodesenvolvimento era visto como uma alternativa viável de abranger iniciativas de desenvolvimento que estivessem preocupadas com o meio ambiente, voltando-se à produção do tipo de qualidade de vida desejado sem destruir a base de recursos da qual o desenvolvimento sustentado depende (UNEP, 1977).

Neste período ocorre maior responsabilização das empresas com relação aos impactos negativos de suas atividades sobre o meio ambiente e de seu papel na sociedade. As empresas começam a ser pressionadas para atenderem a legislação vigente; comprovarem investimentos feitos na prevenção contra agravos ao meio ambiente e taxaço sobre os danos causados em decorrência de sua atividade (UNEP, 1977).

O conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) foi oficialmente apresentado no Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em 1998, na Holanda, para referir-se ao resgate da função social da empresa, cujo objetivo seria o de promover o desenvolvimento humano sustentável, neste período já considerado ir além do aspecto ambiental e estendendo-se nas áreas social, cultural, econômica e política (ETHOS, 2001). Entretanto, na comunidade científica, a expressão “Responsabilidade Social Empresarial” aparece muito antes disso, na década de 1950 com a publicação da obra *Social Responsibilities of the Businessman* de Howard R. Bowen, em 1953 (Carroll, 1999). Evidenciando-se em estudos científicos a partir de 1970, referindo-se às expectativas das pessoas para com as organizações nos níveis econômico, legal, ético e discricionário utilizando o termo RSE, como a resposta social das empresas para a sociedade (Carroll, 1999; Montiel, 2008).

2º Momento: “Green”

Iniciou em 1987, a partir da publicação de *Our common future* (Nosso futuro comum), conhecido também como Relatório de Brundtland, elaborado pela WCDE - *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial para o ambiente e o desenvolvimento). Este relatório apresentou uma expressão conhecida como Desenvolvimento Sustentável. A partir deste momento a expressão Desenvolvimento Sustentável passou a ser utilizada como expressão oficial nos documentos da ONU (WCED, 1987; Gonçalves, 2005; Dias, 2011). Porém, ainda hoje não há um conceito único que o defina, o que se observa é a compreensão dos recursos a partir de um caráter de perpetuação, envolvendo o crescimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar social (Pereira, 2009).

O Relatório de Brundtland apresentou uma das definições mais aceitas de Desenvolvimento Sustentável, compreendendo-o como uma modalidade de desenvolvimento que consente às futuras gerações a possibilidade de poder dispor de bens ambientais e materiais produzidos pelo homem, em conjunto com o conhecimento técnico e científico, sem prejuízos em detrimento das gerações anteriores. Ele postula que a única forma verdadeiramente sustentável de progresso é a que aborda simultaneamente os aspectos interligados de economia, meio ambiente e bem-estar social (WCED, 1987, Johnston et. al. 2007). Tal definição concentrou-se no vínculo entre a satisfação das necessidades humanas e a responsabilidade intergeracional da Terra (Senatore, 2013).

O Quadro 1 apresenta algumas das definições de Desenvolvimento Sustentável utilizadas no referencial teórico sobre o tema na área de Ciências Sociais.

Quadro 1 - Definições de Desenvolvimento Sustentável

Lélé, 1991	Uma forma de mudança social que para além dos objetivos tradicionais de desenvolvimento, tem o objetivo ou a restrição da sustentabilidade ecológica.
Elkington, 1997	Apresenta-se como um princípio que objetiva garantir que as ações atuais não limitem as opções econômicas, sociais e ambientais para as futuras gerações.
ONU, 2002	Desenvolvimento contínuo e de longo prazo da sociedade, voltado à satisfação das necessidades da humanidade no presente e no futuro através do uso racional e da reposição dos recursos naturais, preservando a Terra para as futuras gerações.
Veiga, 2005	Sinônimo de Sustentabilidade; O uso do termo 'Sustentável' como adjetivo, quando se refere à necessidade de que o processo socioeconômico conserve a biocapacidade. Na substituição do adjetivo para o substantivo "Sustentabilidade" surgem os componentes não biofísicos do conceito.
Mitra, 2017	Desenvolvimento Sustentável envolve recursos sociais, ambientais e econômicos; Sustentabilidade é um processo contínuo de organização entre as entidades governamentais, entidades com e sem fins lucrativos para que permitam o desenvolvimento sustentável, ambos os termos se referem às preocupações com a gestão de recursos humanos e não-humanos de longo prazo.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2017).

A expressão Desenvolvimento Sustentável tem sido objeto de polêmicas desde a sua formulação (Dias, 2011). Lélé (1991), poucos anos depois da adoção de "Desenvolvimento Sustentável", destaca que se exploravam os problemas associados à falta de consistência e consenso na interpretação do Desenvolvimento Sustentável, separando os dois conceitos: desenvolvimento e sustentabilidade. O autor observa que a maioria das pessoas usa a expressão "desenvolvimento sustentável" como sinônimo de "desenvolvimento ecologicamente sustentável" ou "ambientalmente saudável" e que ela não se confunde com crescimento sustentado ou desenvolvimento bem-sucedido. Neste sentido, também Daly (2004) considera contraditório o desenvolvimento ser considerado sustentável, principalmente quando envolve crescimento econômico. Afirma ele:

Crescer significa 'aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo'. Desenvolver-se significa 'expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior ou melhor'[...] O termo desenvolvimento sustentável, portanto, faz sentido para a economia, mas apenas se entendido como desenvolvimento sem crescimento - a melhoria qualitativa de uma base econômica física que é mantida num estado estacionário pelo transumo de matéria-energia que está dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema. Atualmente, o termo desenvolvimento sustentável é usado como um sinônimo para o oxímoro crescimento sustentável. Ele precisa ser salvo dessa perda (Daly, 2004, p - 198).

Mebratu (1998) observa que na década de 1980, alguns pesquisadores proclamaram que o desenvolvimento sustentável não era mais que um slogan que eventualmente decairia. Contrariamente, a influência do conceito seguiu aumentando significativamente no desenvolvimento da política nacional e internacional, tornando-se o elemento central dos documentos de políticas de governos, agências internacionais e organizações empresariais. Isto levou a um alargamento do discurso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, resultando em uma grande variedade de definições e interpretações (Mebratu, 1998). Dois anos após o Relatório de Brundtland, Johnston et al. (2007) declaram que já existiam cerca de 140 definições para o termo e que, vinte anos após a estimativa seria de que cerca de 300 definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável existiriam (Jhonston et al., 2007).

A partir da definição de Desenvolvimento Sustentável proposta por Brundtland (WCED, 1987), fica claro que para alcançar o Desenvolvimento Sustentável tem-se que considerar as variáveis que o constituem, conhecidas como dimensões do desenvolvimento sustentável, as quais podem ser consideradas de forma integrada, com influência entre si possibilitando uma perspectiva de sustentabilidade em longo prazo ao invés do sucesso de curto prazo proporcionado quando o enfoque é exclusivamente econômico (Dyllick & Hockerts, 2002; Johnston et al., 2007; Pereira, 2009). Ao considerar definir as dimensões do desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) inclui além das já citadas dimensões social, ecológica e econômica, mais três dimensões: política, cultural e territorial (ou espacial). O Quadro 2, a seguir, apresenta a síntese das definições para cada uma das seis dimensões.

Quadro 2 - Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Social	Visa a igualdade de acesso a bens e serviços de qualidade, requerendo a remoção das principais fontes de desigualdade social e privação da liberdade, foco na qualidade de vida e acessibilidade física e cultural. Nas organizações, relaciona-se com a busca de melhores condições de trabalho, distribuição de renda justa e valorização dos indivíduos.
Ambiental	Volta-se para o meio ambiente e redução do impacto causado pelo homem. Nas organizações está pautada na ecoeficiência dos processos produtivos, utilizando-se dos recursos naturais com o mínimo dano aos sistemas de sustentação da vida. Deve-se priorizar o imperativo ético de solidariedade com as futuras gerações.
Ecológica	Volta-se para a viabilidade econômica das organizações, o retorno do investimento realizado, a alocação e gerenciamento mais eficiente dos recursos, a modernização contínua das ferramentas de produção e o investimento em ciência e tecnologia e inserção na economia internacional.
Cultural	Prima pelo respeito à cultura de cada povo, à política e à democracia; promover a diversidade cultural e respeito a cada cultura existente; buscar o equilíbrio entre a tradição e a inovação.
Política	Visa motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas, favorecer o acesso à informação, permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades; envolve consenso e solidariedade entre os membros da sociedade, que transcendem aos interesses particulares.
Territorial	Visa recuperar a qualidade de vida, a biodiversidade e a escala humana em cada fragmento, em cada bairro do sistema; uma configuração rural e urbana mais equilibrada; melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas.

Fontes: Adaptado de Sachs (1993); Pereira (2009); Mendes (2009); Dias (2011).

Este momento trouxe também, uma percepção mais ampla de que novos tipos de tecnologias de produção e novos tipos de produtos são necessários, culminando com a percepção de que os processos de desenvolvimento devem se tornar sustentáveis - e uma sensação de que as empresas, muitas vezes têm de assumir a liderança. A resposta das empresas começou a ser mais competitiva e, para tal, deveriam adotar práticas sustentáveis voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável das localidades em que atuam (Elkington, 2004). Com isso, ganham espaço os *frameworks* que visam direcionar as estratégias e ações das empresas à sustentabilidade. Exemplo disto é a abordagem *Triple Bottom Line* (TBL), apresentada e cunhada por John Elkington em 1994, entendendo que ações direcionadas à sustentabilidade deveriam ser feitas de maneira integrada em prol de um progresso ambiental real (Elkington, 1997; 2004).

Os compromissos (ações) previstos na abordagem TBL se concentram não apenas no valor econômico gerado pelas empresas, mas também no valor social e ambiental que acrescentam ou destroem (Elkington, 2004; Sherman, 2012). Assim, na perspectiva da TBL, o conceito aproxima-se ao da sustentabilidade por visar com suas práticas, assegurar para as gerações futuras o equilíbrio entre as dimensões social, ambiental e econômica, ou seja, preocupa-se com a prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a justiça social (Elkington, 1997), através dos quais a empresa deverá alcançar e manter sua saúde organizacional e sucesso (Norman & Macdonald, 2004).

Neste sentido, as empresas podem adotar estratégias ganha-ganha-ganha, as quais beneficiem tanto a empresa quanto os clientes e o meio ambiente, desempenhando papel central em direção ao desenvolvimento sustentável (Elkington, 1994).

2.3 SÉCULO XXI

O terceiro momento proposto por Elkington (2004) tem início no final do século XX, em meados de 1999, porém, prolonga-se nas primeiras décadas do século XXI.

3º Momento: “Globalização”

Centra-se no crescente reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável vai exigir mudanças profundas na governança das empresas e em todo o processo de globalização, colocando um foco renovado no governo e na sociedade civil. Agora, além das dimensões de conformidade e competitivas, a resposta das empresas precisa concentrar-se na criação de mercado (Elkington, 2004).

Como consequência da globalização, o estilo de vida, comportamentos e padrões de consumo dos países desenvolvidos começam a estender-se para os países em desenvolvimento, comprometendo a capacidade de manutenção dos recursos naturais (Pereira, 2009).

Em 2002, o *World Summit on Sustainable Development* (WSSD), também conhecido como Rio +10, acontece em Johannesburgo. Nesta ocasião, através do Plano de ação, reafirma-se o compromisso de promover os princípios de sustentabilidade, definidos há dez anos no Rio de Janeiro, para assegurar a continuidade na implementação dos projetos da Agenda 21, na qual é dada particular importância para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela *United Nations Millenium Declaration* e para os reforços na dimensão Social do Desenvolvimento Sustentável.

Um detalhe importante do WSSD é a integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável: Desenvolvimento econômico; Progresso Social; Proteção ambiental. As temáticas, que envolviam: a paz, segurança, respeito ao direito e a liberdade fundamental do homem, o respeito pela diversidade cultural; a eliminação da pobreza; mudanças no modelo de produção e consumo insustentáveis, a proteção e a gestão dos recursos naturais, constituem a base essencial para o alcance da sustentabilidade (social, econômica e ambiental) a qual beneficiaria a todos, principalmente as mulheres, os jovens, as crianças e os mais marginalizados da sociedade (ONU, 2002).

Adicionalmente, é indispensável que o conceito de sustentabilidade inclua as vertentes, conforme Agenda 21 Brasileira, que segundo Novaes (2003, p. 329) considera a ecológica, que leve em consideração a base física do processo de crescimento e manutenção dos estoques de capital natural; a ambiental, que se preocupe com a manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas; a social, que leve em conta a qualidade de vida da população e cuide de políticas de redistribuição da renda e universalização do atendimento na área social; a política, que se refere ao processo de construção da cidadania e da participação social na gestão; a econômica, preocupada com a gestão eficiente dos recursos; a demográfica, que revele os limites da capacidade de suporte do território e de sua base de recursos; a cultural, relacionada com a preservação de culturas e valores; a institucional, que cuide de criar e fortalecer engenharias institucionais que considerem o critério de sustentabilidade; e a espacial, voltada para a busca de equidade nas relações inter-regionais.

No Século XXI, a adoção de uma perspectiva local incrementa a complexidade da discussão sobre sustentabilidade melhorando sua precisão tanto na conceitualização, quanto na ação. Os sistemas econômicos vigentes e a concentração de riquezas nos países desenvolvidos, e o aumento da população e da miséria nos países pobres, são empecilhos no caminho do desenvolvimento sustentável das nações. Para que ele seja alcançado são exigidas mudanças nos paradigmas econômicos que hoje regem os modelos econômicos e sociais (Coral, 2002).

Assim, as definições de sustentabilidade passam a considerar não apenas os aspectos globais, como também locais. Políticas de sustentabilidade, relatórios, lista de indicadores e orientações precisam incorporar medidas locais a fim de abranger a questão da sustentabilidade em sua totalidade. Da mesma forma, as organizações deixam de ver na sustentabilidade uma meta, para incluí-la nos processos organizacionais, o que exige esforço e aprendizado constantes, valorizando a criação de conhecimento pelos indivíduos que a compõem. Neste cenário, a inovação é inserida como fator sustentável real no contexto organizacional, uma vez que é necessária adoção de processos de aprendizagem e criação de conhecimento ao nível dos indivíduos (Faber, Jorna & Van Engelen, 2005).

2.4 DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE NA ATUALIDADE

O termo sustentabilidade pode ser empregado de diversas formas apoiado em definições acadêmicas (Dovers & Hadmer, 1992), também no sentido mais básico de sua etimologia (Marioka & Carvalho, 2016). Entretanto, é observada a impropriedade da expressão desenvolvimento sustentável, pois semanticamente sugere a busca do desenvolvimento autossustentado e que desenvolvimento sustentável soa como utopia (Mello Filho et al., 2002), respaldado anteriormente por Lélé (1991), que esclarece que o desenvolvimento é um processo direcionado à mudança ou como um processo de mudança que continua para sempre.

Embora, a sustentabilidade empresarial passe a ter destaque a partir da década de 90 (Carroll, 1999; Montiel, 2008) os seus conceitos ainda são confundidos com a responsabilidade social empresarial (Montiel, 2008). Em estudos recentes, a sustentabilidade corporativa é abordada pelo índice de sustentabilidade *Dow Jones* como um conceito da área de negócios que concebe valor aos acionistas em longo prazo, resultante do crescimento econômico, ambiental e social (Marshall & Toffel, 2005).

Nesta perspectiva, a sustentabilidade empresarial é o ponto de encontro entre as necessidades de uma empresa e seus *stakeholders* diretos e indiretos, como acionistas, empregados, clientes e comunidades, sem comprometer sua capacidade de satisfazer as necessidades das futuras partes interessadas (Dyllick & Hockerts, 2002). Ainda, a sustentabilidade empresarial é um conceito de dois níveis que inclui tanto a sobrevivência institucional, como uma linha de base para a sustentabilidade e a sustentabilidade intergeracional ou de longo prazo, entendida como a capacidade das organizações para persistir e cumprir as suas missões, em longo prazo (Moldanova, 2016).

Na produção científica estudada relativa ao tema desenvolvimento sustentável identifica-se convergência dos estudos, entretanto observa-se que procede a ambiguidade semântica sobre o conceito, o que emerge e sugere novos estudos, em especial, por ser uma nomenclatura adotada pela ONU (2002) e propagada mundialmente, nos quais os interesses econômicos dos países se sobrepõe.

Ademais, a sustentabilidade e o desenvolvimento não possuem um manual ou uma proposta das diretrizes, similar ao Manual de Oslo concebido pela OECD para a inovação (OECD, 2005), com orientações para a interpretação de dados sobre inovação e concebida por um comitê com embasamento científico, político e tecnológico. Neste contexto, podem ser realizados estudos junto a ONU para viabilizar esse processo que contribuirá com o consenso da ciência na questão do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. Uma vez que as discussões sobre sustentabilidade têm sido promovidas por iniciativas que partem dessa Organização a partir de debates envolvendo líderes políticos.

Por outro lado, observa-se que entre os acadêmicos ainda não há um consenso da ciência sobre o conceito (Daly, 2004; Glavič & Lukman, 2007; Johnston et al., 2007; Claro et al., 2008; Ehnert, 2009), e no Brasil ainda é necessário aprofundar estudos relacionados que integram as organizações, principalmente relacionando o desenvolvimento sustentável com a inovação e a TBL, proposta por Elkington (1997; 2004) e Faber et al. (2005).

Embora o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade sejam temas amplos, complexos e de multidomínio, Ciegis et al. (2009) explicam que é uma questão que deve combinar eficiência e igualdade nas dimensões sociais, econômicas e ambientais, razão pela qual, é interessante analisar a sustentabilidade empresarial relacionada com as dimensões da TBL (Elkington, 1997; 2004) e combinadas com a tríplice hélice, com a parceria entre o governo, universidade e indústrias (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000).

Adicionalmente, é perceptível que a conscientização empresarial é um componente fundamental para o êxito do desenvolvimento sustentável na qual os custos não sejam um limitador para a sua adoção, bem como relacionar estudos sobre as métricas da sustentabilidade com indicadores de desempenho que possam auferir a importância de sua adoção no contexto organizacional (Griffith & Bhutto, 2008).

Por fim, há de se considerar estudos acadêmicos nas ciências sociais relacionados às novas vertentes ou dimensões da sustentabilidade nas organizações, além das dimensões preconizadas como a econômica, social e ambiental, incluindo a dimensão ecológica, política, demográfica, cultural, espacial (Novaes, 2003) e outras indicadas pelos objetivos do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sustentabilidade e organizações evoluíram lado a lado ao longo dos últimos 4 séculos. No Século XVIII, Thomas Robert Malthus (1766-1834) formulou a Teoria Populacional, na qual destacava que o crescimento da população terrestre estava desproporcional ao crescimento dos recursos de subsistência providos pela natureza. Ainda neste período, as circunstâncias do momento industrial modificaram a relação entre o homem e o meio ambiente. Para aumentar a capacidade produtiva no período, os seres humanos passaram a utilizar-se, cada vez mais dos recursos naturais na produção industrial, fazendo com que surgissem outros ofícios que não estavam diretamente ligados à produção de alimentos (Mebratu, 1998).

A relação exploratória que estava se desenvolvendo entre o homem e o meio ambiente alertou os cientistas do MIT, fazendo-os indicar que os recursos naturais estariam comprometidos dentro de cem anos, caso não fossem pensadas estratégias de suprir os danos causados ao meio ambiente. Entretanto, a Revolução Industrial trouxe o desenvolvimento econômico, crescimento populacional e melhora na qualidade de vida da população. Limitar o uso dos recursos naturais iria à contramão do crescimento acelerado que estava sendo obtido, o que significou um impasse entre ambientalistas e economistas (Oliveira et al.; 2012).

No Século seguinte a ONU organizou encontros entre líderes mundiais para discutir as questões ambientais, foi instituído o UNEP e cunhado o termo Ecodesenvolvimento (Sachs, 1981). Neste momento, as empresas passaram a ser responsabilizadas por suas práticas, deveriam atender às legislações ambientais vigentes e realizar investimentos na prevenção aos danos e no pagamento de multas pelos danos causados ao meio ambiente em função da produção industrial (UNEP, 1977).

Entre as décadas de 1970 e 1980, no cenário empresarial, a expressão Responsabilidade Social Corporativa começa a receber destaque, levando para dentro das empresas as expectativas sociais da comunidade em que se inserem. A adoção do termo Desenvolvimento Sustentável pela ONU em 1987, na tentativa de adequar os preceitos da sustentabilidade às necessidades ambientais, econômicas e sociais internaliza ainda mais a Sustentabilidade dentro das empresas, fazendo com que passe a incorporar os processos internos da organização (Faber et al., 2005).

Paralelo a isso, a resposta das empresas começa a ser mais competitiva na medida em que incorporam a responsabilidade de pensar suas práticas a partir de processos sustentáveis e, para isso, a incorporação de metodologias como a do TBL para a implementação de práticas sustentáveis tanto em nível externo quanto interno poderiam aumentar a competitividade das organizações. Entretanto, somente na década de 90 que a sustentabilidade empresarial passa a ser evidenciada (Carroll, 1999; Montiel, 2008).

Nos séculos XX e XXI o que se percebeu foi um interesse por parte das organizações do uso de metodologias e conceitos da sustentabilidade em sua estratégia organizacional, bem como métricas e indicadores de sustentabilidade para que as empresas possam incrementar suas performances, acrescentando valor aos seus produtos, pensando nos processos desde a matéria-prima até o descarte, visando competitividade, lucratividade e valorizando sua imagem perante a comunidade. O Desenvolvimento Sustentável começa a ser buscado não apenas a nível macro, mas também nas localidades individuais, como empresas, bairros e cidades (Faber et al., 2005) visando o lucro e a sobrevivência quando direcionadas pela sustentabilidade (WRI, 2002; Norman & Macdonald, 2004; Székely & Knirsch, 2005).

No ano de 2012, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio +20, na cidade do Rio de Janeiro. Dentre os resultados desta conferência, está o destaque para o tema 'Economia Verde', no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da erradicação da pobreza, no qual se tem um instrumento para viabilizar políticas globais que visem fortalecer a implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável, aproximando ainda mais os temas sobre economia e meio ambiente das preocupações de cunho social. (ONU, 2012). Também desta Conferência propôs-se uma reforma na estrutura institucional da Comissão de Desenvolvimento Sustentável observando o equilíbrio entre as questões sociais, econômicas e ambientais. Como resultado, tem-se a atualização do plano de ações para a Agenda 2030, que entra em vigor a partir de janeiro de 2016, elencando 17 novos objetivos e 169 metas universais, reforçando o vínculo entre meio ambiente e a dimensão social da sustentabilidade, como previsto na Rio +20 (ONU, 2015).

Com relação aos momentos observados por Elkington (2004), sugere-se que estudos possam ser continuados no sentido de identificar se tais acontecimentos podem sugerir um novo momento dos estudos e discussões sobre sustentabilidade.

Por fim, partindo-se das definições ontológicas e empíricas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, o estudo elucidou a evolução da relação entre sustentabilidade e as organizações até que se chegasse ao conceito de Sustentabilidade Empresarial. Trabalhos futuros podem investigar os rumos científicos da sustentabilidade empresarial, identificando as tendências do mercado atual com base nas pesquisas realizadas. Por conseguinte, sugere-se a realização de estudos empíricos, por meio de pesquisas quantitativas que analisem a sustentabilidade no âmbito das organizações contemporâneas, bem como a percepção dos consumidores no quesito do desenvolvimento sustentável para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- Bryan-Kjaer, K. (2017) Sustainability in the hierarchy: how corporate sustainability is anchored in the organizational structure. *International Journal of Corporate Strategy and Social Responsibility*, 1(2), 179-192.
- Camargo, A. L. B. (2002) *As dimensões e os desafios do Desenvolvimento sustentável: Concepções, entraves e implicações à Sociedade Humana*. 2002, 198p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.
- Carroll, A. B. (1999) Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business Society*, 38(3), 268-295.

- Chindavijak, C., Phusavat, K. & Kess, P. (2016). Sustainability assessment of the petrochemical and energy sectors in Thailand: global implications. *International Journal of Sustainable Economy*, 8(3), 252-269.
- Ciegis, R., Ramanauskiene, J. & Martinkus, B. (2009). The concept of sustainable development and its use for sustainability scenarios. *Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics*, 62(2), 28-37.
- Claro, P. B. O., Claro, D. P. & Amâncio, R. (2008) Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração*, 43(4), 289-300.
- Coral, E. (2002). *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. 2002. 233f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.
- Daly, H. E. (2004). Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & sociedade*, 7(2), 197-201.
- Dias, R. (2011). *Gestão Ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade*. 2ª Ed., Atlas: São Paulo.
- Dyllick, T. & Hockerts, K. (2002). Beyond the Business Case for Corporate Sustainability. *Business Strategy and the Environment*, 11(2), 130-141.
- Dyllick, T. & Muff, K. (2015) Clarifying the Meaning of Sustainable Business: Introducing a Typology From Business-as-Usual to True Business Sustainability. *Organization & Environment*, 1(19), 1-19.
- Dovers, S. R. & Hadmer, J. W. (1992). Uncertainty, sustainability and change. *Global Environmental Change*, 2(4), 262-276.
- Ehnert, I. (2009). Sustainable Human Resource Management: A conceptual and explanatory analysis from a paradox perspective. *Contributions to management science*. Heidelberg: Springer-Verlag.
- Elkington, J. (1994). Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, 36(2), 90-100.
- _____. (1997). *Cannibals with forks: Triple bottom line of 21st century business*. Stoney Creek, CT: New Society Publishers.
- _____. (2004). Enter the Triple Bottom Line. In: Henriques, A. & Richardson, J. *The triple bottom line: does it all add up?* London: Earthscan, 1-16.
- ETHOS. (2001). Os novos desafios da responsabilidade social empresarial. *Reflexão* 2(5), Recuperado em 17 março de <https://www3.ethos.org.br>
- Etzkowitz, H. & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: from national systems and mode 2 to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, 29(2), 109-123.
- Faber, N., Jorna, R & Van Engelen, J. (2005). The Sustainability of “sustainability”: a study into the conceptual foundations of the notion of “sustainability”. *Journal of Environmental Assessment and Management*. 7(1), 1 - 33.
- Glavič, P. & Lukman, R. (2007). Review of sustainability terms and their definitions. *Journal of Cleaner Production*, 15(18), 1875-1885.
- Gonçalves, D. B. (2005). Desenvolvimento Sustentável: o desafio da presente Geração. *Revista Espaço Acadêmico*, 5(51), 1-7.
- Griffith, A. & Bhutto, K. (2008). Contractors experiences of integrated management systems. *Management, Procurement and Law*. 161(3), 93-8.
- Hoffman, A. J. (2001). *From heresy to dogma: an institutional history of corporate environmentalism*. San Francisco Califórnia: New Lexington Press, Stanford Business Books.

- Johnston, P., Everard, M., Santillo, D. & Robért, K-H. (2007). Reclaiming the Definitions of Sustainability. *Environmental Science and Pollution Research - International*, 14(1), 60-66.
- Kuhlman, T. & Farrington, J. (2010). What is Sustainability? *Sustainability*, 2(11), 3436-3448.
- Leal Filho, W. (2000). Dealing with misconceptions on the concept of sustainability. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 1(1), 9-19.
- Lélé, S. M. (1991). Sustainable Development: A Critical Review. *World Development*, 19(6), 607-621.
- Linnenluecke, M. K. & Griffiths, A. (2010) Corporate sustainability and organizational culture. *Journal of World Business*, 45(4), 357-366.
- Marioka, S. N. & Carvalho, M. M. Sustentabilidade e gestão de projetos: um estudo bibliométrico. *Production*, 26(3), 656-674.
- Marshall, J. D. & Toffel, M. W. (2005). Framing the elusive concept of sustainability: a sustainability hierarchy. *Environmental Science & Technology*, 39(3), 673-682.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J. & Behrens III, W. W. (1972). *The limits to growth*. Washington, DC, USA: Potomac Associates, New American Library.
- Mebratu, D. (1998). Sustainability and Sustainable Development: Historical and Conceptual Review. *Environmental Impact Assessment Rev*; 18(6), 493-520.
- Mello Filho, J. A., Mello, G. P. & Lima, J. P.C. (2002). O homem na busca do desenvolvimento autossustentado. *Floresta e Ambiente*. 7(1), 257-264.
- Mendes, J. M. G. (2009). Dimensões da Sustentabilidade. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, 7(2).
- Michaelis. (2016). *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos.
- Mikhailova, I. (2004). Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 16, 22-41.
- Miller, G. T. (2007). *Ciência ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning.
- Mitra, R. (2017). Sustainability and Sustainable Development. In: John Wiley & Sons, Inc. *The International Encyclopedia of Organizational Communication*.
- Moldavanova, A. (2016). Two narratives of intergenerational sustainability: a framework for sustainable thinking. *American Review of Public Administration*, 46(5), 526 - 545.
- Montiel, I. (2008). Corporate Social Responsibility and Corporate Sustainability: Separate Pasts, Common Futures. *Organization & Environment*, 21(3), 245-269.
- Moura, L. A. A. (2011). *Qualidade e gestão ambiental: sustentabilidade e ISO 14.001*. 6. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey.
- Nadae, J. (2016). *Sistemas de Gestão integrados como indutor para a sustentabilidade: uma análise do impacto no desempenho das organizações baseado no Triple Bottom Line*. 2016. 171 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção.
- Norman, W. & Macdonald, C. (2004). Getting to the Bottom of “Triple Bottom Line”. *Business Ethics Quarterly*, 14 (2), 243-262.
- Novaes, W. (2003). Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante.
- OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. (2005). *Oslo manual: guidelines for collecting and interpreting innovation data*. Committee for Scientific and Technological Policy, OECD-OECD, Paris.

- Oliveira, L. R., Medeiros, R. M., Terra, P. B. & Quelhas, O. L. G. (2012). Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. *Prod.*, 22(1), 70-82.
- ONU - Organização das Nações Unidas (2002). Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. *Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>>. Acesso em: 28 set. 2016.
- _____. (2012) The Future we want. *United Nations Conference on Sustainable Development*. Rio de Janeiro. Disponível em http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf Acesso em: 07 jan. 2017.
- _____. (2015). *Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>> Acesso em: 2 dez. 2016.
- Pereira, J. V. I. (2009). Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objetivo comum. *Economia Global e Gestão*, 14(1), 115-126.
- Roca, L. C. & Searcy, C. (2012). An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 20(1), 103-118.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de Transição Para o Século XXI*. São Paulo: Studio Nobel: Fundap.
- _____. (1981). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- Somogyia, Z. (2016). A framework for quantifying environmental sustainability. *Ecological Indicators*, 61(2), 338-345.
- Senatore, G. (2013). La sostenibilità. In: *La storia della sostenibilità: dai limiti della crescita alla genesi dello sviluppo*. Ed. Franco Angeli, Milano, Italy, 57-105.
- Sherman, R. W. (2012). The Triple Bottom Line: The Reporting Of “Doing Well” & “Doing Good”. *The Journal of Applied Business Research*, 28(4), 673-682.
- Svirezhev, Y. M. & Svirejeva-Hopkins, A. (1998). Sustainable biosphere: critical overview of basic concept of sustainability. *Ecological Modelling*, 106(1), 47-61.
- Székely, F. & Knirsch, M. (2005). Responsible leadership and corporate social responsibility: metrics for sustainable performance. *European Management Journal*, 23(6), 628-647.
- UNEP - United Nations Environmental Programme. (1977). Ecodevelopment and the Irrational Use of Resources. *Environmental Policy and Law*, 183-185.
- Veiga, J. E. (2005). O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. In: Mercadante, Aloízio. *Economia Brasileira: perspectivas do desenvolvimento*. São Paulo: CAVC, 243-266.
- WCED - World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- WRI - World Resources Institute. (2002). *Building on the Kyoto Protocol: options for protecting the climate*. Resources Institute.